GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA AO CONSUMIDOR

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2017-SEJUC
DISPENSA EMERGENCIAL Nº01/2017**

PROCESSO Nº 021.000.00316/2017-2
PARECER DA PGE: 1503/2017
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA AO CONSUMIDOR
CONTRATADA: MADRIR CONSTRUÇÃO CIVIL - EIRRELI - EPP
OBJETO Contratação Direta, em caráter emergencial, de Empresa Especializada para Adequação para viabilizar a Operacionalização da Cadeia Pública Territorial de Areia Branca
VIGÊNCIA: 180 DIAS A PARTIR DE 23.02.2017
FUNDAMENTO: 24, IV, da lei 8.666/93,
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 21.101
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 14.421.0041
PROJETO ATIVIDADE: 1571
ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.51
FONTE DE RECURSO: FR-0101

Aracaju, 23 de fevereiro de 2017.

Cristiano Barreto Guimarães
Secretário de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA AO CONSUMIDOR

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2017/
SEJUC**

PROCESSO: 021.000.00316/2017-2
PARECER PGE: 1503/2017
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA AO CONSUMIDOR
CONTRATADA: MADRIR CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI - EPP - CNPJ: 26.927.628/0001-20
FUNDAMENTO: Art. 24, IV da Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores.
OBJETO: Contratação direta, em caráter emergencial, de Empresa Especializada para Adequação para viabilizar a Operacionalização da Cadeia Pública de Areia Branca/SE.
JUSTIFICATIVA: Urgência e relevância de contratação à luz do interesse público a ser resguardado, em virtude de risco à vida e segurança de pessoas.
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da assinatura do contrato.
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 376.349,40 (Trezentos e setenta e seis mil, trezentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos).

Aracaju, 23 de fevereiro de 2017.

LUIZ FERNANDO D'AVILA SILVEIRA JÚNIOR
Diretor do Deptº de Administração e Finanças

À vista dos elementos contidos no processo nº 021.000.00316/2017-2, devidamente justificado, considerando que o Parecer Jurídico da PGE, de nº 1503/2017, opinou favorável pela legalidade da Contratação imediata por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, IV da Lei Federal 8.666/93, no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto, no artigo 26 da Lei de Licitações, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2017.

Aracaju, 23 de fevereiro de 2017.

CRISTIANO BARRETO GUIMARÃES
Secretário de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor

Educação

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

**PORTARIA Nº 1508/2016/GS/SEED
DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017**

Institui o Núcleo Gestor de Educação em Tempo Integral - NGETI/SEMED/DED que será responsável pela Implantação do Programa de Educação em Tempo Integral, denominado "Escola Educa Mais", estabelece as Diretrizes para a Regulamentação e o Funcionamento junto a Rede Pública Estadual de Ensino, e dá providências correlatas.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais e regulamentares, tendo em vista o disposto no art. 211, § 3º, da Constituição Federal do Brasil, de 05 de outubro de 1988, no art. 90, da Constituição Estado de Sergipe, de 05 de outubro de 1989, em consonância com o art. 18 e art. 32, inciso XVI, ambos da Lei nº 7.950, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual de Sergipe, em conformidade com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a Lei Complementar nº 16, de 28 de dezembro de 1994, com a Lei Complementar nº 61, de 16 de julho de 2001, com as disposições da Lei Complementar nº 179, de 21 de dezembro de 2009, e em conformidade com a Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016, com a Portaria Nº 1.145, de 10 de outubro de 2016, oriunda do Ministério da Educação que instituiu o Programa de Fomento à Implantação de Escolas em Tempo Integral, e com o Decreto nº 30.505, de 07 de fevereiro de 2017, e em consonância com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 em suas metas 03, 06 e 07.

Considerando o compromisso do Governo Estadual com a oferta de uma educação pública de qualidade;

Considerando o compromisso do Governo Estadual com o Plano Nacional de Educação;

Considerando a necessidade de adoção de medidas para o alcance da melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos da Rede Pública Estadual;

Considerando a importância da participação juvenil na formação de cidadãos com maior consciência e participação social;

Considerando, ainda, a necessidade de serem implementadas políticas educacionais voltadas à melhoria da educação pública sergipana, para garantir o acesso e permanência dos estudantes nas Unidades de Ensino da Rede Pública Estadual;

Considerando, o Decreto nº nº 30.505, de 07 de fevereiro de 2017, que institui o Programa de Educação em Tempo Integral.

RESOLVE:

Art. 1º A Secretaria de Estado da Educação - SEED é o órgão responsável pelo processo de implantação, regulamentação e funcionamento do Núcleo Gestor de Educação em Tempo Integral - NGETI/SEMED/DED/SEED na Rede Pública Estadual de Ensino.

Parágrafo único: Para atender ao disposto no caput deste artigo, o Núcleo Gestor de Educação em Tempo Integral - NGETI/SEMED/DED/SEED deve funcionar vinculado ao Departamento de Educação - DED/SEED, sendo composto por 01 (um) Coordenador Geral do Programa, 01 (um) Coordenador Pedagógico, 01 (um) Coordenador em Gestão e 01 (um) Coordenador em Infraestrutura, todos com lotação no Departamento de Educação - DED/SEED.

Art. 2º O Núcleo Gestor de Educação em Tempo Integral - NGETI/SEMED/DED/SEED atenderá às Unidades de Ensino da Rede Pública Estadual, inseridas no Programa Estadual de Educação em Tempo Integral, desenvolvendo a concepção, planejamento e a execução de um conjunto de ações inovadoras relativas ao currículo e gestão escolar, direcionadas à melhoria da oferta e qualidade, assegurando a criação e implementação de políticas públicas para o ensino em Tempo Integral no Ensino Médio.

Parágrafo único. O Programa Estadual de Educação em Tempo Integral será implantado e desenvolvido, inicialmente, em 28 (vinte e oito) Unidades de Ensino da Rede Pública Estadual e expandido a critério do sistema de ensino, observadas as condições de viabilidade e oportunidade.

Art. 3º Compete ao Núcleo Gestor de Educação em Tempo Integral - NGETI/SEMED/DED/SEED:

I - Acompanhar a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos e aprovar os Planos de Ação das Escolas Estaduais em Tempo Integral, acompanhar o seu desenvolvimento e publicar anualmente os seus resultados;

II - Acompanhar e assegurar o cumprimento do calendário escolar;

III - Acompanhar a execução dos projetos desenvolvidos nos Centros Experimentais de Ensino Médio - CEEM da Rede Pública Estadual;

IV - Avaliar e publicar os resultados de desempenho, a partir de critérios e indicadores de proficiência constantes no Plano de Ação das dos Centros Experimentais de Ensino Médio - CEEM da Rede Pública Estadual;

V - Propor e apoiar a definição das Unidades de Ensino que participarão do Programa Estadual de Educação em Tempo Integral, de acordo com as metas e as diretrizes políticas administrativas e financeiras da Gestão Estadual;

VI - Estabelecer metas de desempenho nos Centros Experimentais de Ensino Médio da Rede Pública Estadual - CEEM, em consonância com o sistema de avaliação estadual e nacional, e seus respectivos Planos de Ação;

VII - Realizar, anualmente, a avaliação de desempenho dos docentes, bem como de cada membro da equipe gestora da escola e recomendar ações a partir dos seus resultados, devendo o detalhamento da avaliação de desempenho ser publicada e regulamentada em portaria;

VIII - Formular a política Estadual de Educação em Tempo Integral no âmbito da Secretaria Estadual de Educação;

IX - Implantar as inovações em conteúdo, método e gestão;

X - Acompanhar o desenvolvimento dos Planos de Ação dos Centros Experimentais de Ensino Médio - CEEM da Rede Pública Estadual;

XI - Acompanhar os Programas de Ação da Direção dos Centros Experimentais de Ensino Médio - CEEM da Rede Pública Estadual;

XII - Promover o planejamento para a expansão dos Centros Experimentais de Ensino Médio da Rede Pública Estadual - CEEM e definir padrões básicos de funcionamento;

XIII - Acompanhar, monitorar e reportar regularmente em reuniões com o Comitê Executivo, descrito abaixo, as metas definidas no Plano de Ação do Programa, de acordo com o disposto na Portaria do Ministério da Educação nº 1.145, de 10 de outubro de 2016.

Parágrafo único: o Comitê Executivo no estado será composto pelo Governador,

Secretário de Educação, Coordenador-Geral da Equipe de Implantação e demais convidados pelo Secretário de Educação.

Art. 4º Para compor o **Núcleo Gestor de Educação em Tempo Integral - NGETI/SEMED/DED/SEED** ficam designados os seguintes servidores:

I - Coordenadora Geral: Francieleide Souza Alves, CPF nº 71323848568;

II - Coordenadora Pedagógica: Sarah Karenine Paes Ribeiro Proença, CPF nº 004.240.235-20

III - Coordenadora em Gestão: Karinne Mendes Oliveira, CPF nº 019.485.345-41

IV - Coordenadora em Infraestrutura: Emanuela Gonçalves Ramos, CPF: 023.377.355-08.

Art. 5º São atribuições do Coordenador-Geral da Equipe de Implantação:

I - Planejar a implantação das Escolas de Educação em Tempo Integral a partir da definição dos aspectos regulatórios e legais junto às áreas de competência da Secretaria para instituir a sua criação;

II - Formular políticas e diretrizes associadas ao Modelo Pedagógico e de Gestão que orientarão a condução do Programa;

III - Planejar e administrar direta ou indiretamente os recursos de diversas naturezas: materiais, humanos e financeiros necessários à implantação do Programa;

IV - Estruturar os processos para operação das funções definidas na Gerência do Programa bem como estabelecer e gerenciar as interfaces com as áreas da Secretaria de Estado da Educação e parcerias privadas estabelecidas;

V - Avaliar e diagnosticar os resultados obtidos pelas Escolas para subsidiar a Secretaria de Estado da Educação na definição da revisão das estratégias de implantação e na orientação da política de expansão do Programa;

VI - Acompanhar, monitorar e reportar regularmente as metas definidas no Plano de Ação do Programa (em acordo com o período de avaliação em curso) ao Comitê Executivo definido no Ritual de Governança.

Art. 6º São atribuições do Coordenador Pedagógico:

I - Formular e acompanhar a execução da política pedagógica das escolas em período integral no que se refere aos desenhos curriculares, programas de ensino, regimento escolar, código de ética, sistema de avaliação escolar, avaliação de entrada dos estudantes e posterior nivelamento dos conteúdos, consolidação dos resultados de aprendizagem, entre outros;

II - Formular e implementar os planos de formação continuada das equipes da Escolas e áreas correlatas da Secretaria, quer diretamente, quer pela interação com outros setores da Secretaria de Estado da Educação;

III - Fomentar a produção de material estruturado, bem como a sistematização de soluções de caráter pedagógico identificadas nas escolas;

IV - Formular e executar os programas relativos às inovações pedagógicas, a saber: Tecnologia de Gestão Educacional, Protagonismo Juvenil e Projeto de Vida;

V - Acompanhar e analisar os resultados obtidos pelas Escolas identificando as revisões necessárias para sustentar a consolidação e perpetuação do Programa.

Art. 7º São atribuições do Coordenador em Gestão:

I - Planejar junto às áreas da Secretaria de Estado da Educação todos os processos e rotinas administrativas e operacionais das Escolas e administrar os regimes exclusivos referentes às Escolas do Programa;

II - Definir e coordenar o processo de monitoramento e acompanhamento da gestão das Escolas, prevenindo e aportando os recursos necessários para tal;

III - Orientar a elaboração dos Planos de Ação das Escolas e o efetivo desdobramento em Programas de Ação;

IV - Consolidar os resultados obtidos pelas Escolas, divulgar e promover a efetiva revisão em conjunto com a equipe de acompanhamento e as Áreas da Secretaria de Estado da Educação;

V - Sistematizar o processo de gestão e operação das Escolas com vistas a orientar a expansão do novo Modelo para o restante da rede.

VI - Acompanhar a execução do orçamento financeiro do Programa no que tange à remuneração da equipe pedagógica (em especial os professores) e repasses do MEC, criando e monitorando os relatórios de prestação de contas.

Art. 8º São atribuições do Coordenador em Infraestrutura:

I - Elaborar e acompanhar a execução do orçamento financeiro do Programa, bem como pelo controle da utilização dos recursos diretamente repassados às escolas;

II - Assegurar o cumprimento das metas estabelecidas relativas à construção e reforma de escolas e disponibilização de toda sua infraestrutura pedagógica (biblioteca, laboratórios etc.), quer diretamente, quer pela interação com outros setores da Secretaria de Estado da Educação;

III - Assegurar a oferta de serviços de apoio, quer diretamente, quer pela interação com outros setores da Secretaria de Estado da Educação;

IV - Coordenar a logística necessária para a operação da Gerência do Programa quanto às sessões de Acompanhamento nas Escolas e Formações bem como o apoio aos parceiros etc.

Art. 9º A equipe gestora do Núcleo deve se organizar para assumir, no futuro, o papel de multiplicadores nas formações no Modelo de escola no plano de expansão.

Art. 10 No intuito de assegurar a qualidade no funcionamento, junto a Rede Estadual de Ensino, o **Núcleo Gestor de Educação em Tempo Integral - NGETI/SEMED/DED/SEED** contará com o apoio dos departamentos, assessorias e setores da Secretaria de Estado da Educação, em especial do Setor Assessoria Especial do Gabinete – **ASEG/GS/SEED**, do Setor Serviço de Engenharia – **SEDES/DAE/SEED**, do Departamento de Recursos Humanos – **DRH/SEED**, do Departamento de Alimentação Escolar – **DAE/SEED**, da Assessoria de Comunicação – **ASCOM/SEED**, da Coordenadoria de Informática – **CODIN/SEED**, da Assessoria de Planejamento – **ASPLAN/SEED**, da Coordenação de Gestão Democrática, Articulação e Assistência aos Municípios – **COGEDAM/ASPLAN/SEED**, bem como das Diretorias de Educação.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência.

Cumpra-se.

Publique-se.

Secretaria de Estado da Educação

Gabinete do Secretário de Estado da Educação- GS/SEED.

Aracaju/SE, 20 de fevereiro de 2017.

JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO

Secretário de Estado da Educação

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 1509/2017/GS/SEED
DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017

Constitui a Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado Nº 05/2017 para Professores de Educação Básica do Quadro em Provimento Efetivo do Magistério da Rede Pública Estadual de Sergipe, em regência de classe para atuar nos Centros Experimentais de Ensino Médio - CEEM, de acordo com o Programa Estadual de Educação em Tempo Integral, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, e dá providências correlatas.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, tendo em vista o disposto no art. 211, § 3º, da Constituição Federal do Brasil, de 05 de outubro de 1988, no art. 90, da Constituição Estado de Sergipe, de 05 de outubro de 1989, em consonância com o art. 18 e art. 32, inciso XVI, ambos da Lei nº 7.950, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual de Sergipe, em conformidade com a Lei Complementar nº 16, de 28 de dezembro de 1994, com a Lei Complementar nº 61, de 16 de julho de 2001, com as disposições da Lei Complementar nº 179, de 21 de dezembro de 2009, e em conformidade com a Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016, com a Portaria Nº 1145, de 10 de outubro de 2016, oriunda do Ministério da Educação que instituiu o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral, com o Decreto nº 30.505, de 07 de fevereiro de 2017; e

Considerando que o Ministério da Educação mediante a Portaria Nº 1.145, de 10 de outubro de 2016, instituiu o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral, criada pela Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016, o qual autoriza a necessidade de reestruturar as normas de funcionamento dos Centros Experimentais de Ensino Médio - CEEM da Rede Pública Estadual, com ênfase na discriminação dos procedimentos que visam instituir o Programa de Educação em Tempo Integral e garantir a sua operacionalização.